

Impactos das Opiniões a Respeito da Democracia Brasileira sobre as Escolhas do Eleitor “Terceira Via” nas Eleições Presidenciais (2002-2014)

Bruno Mello Souza - Universidade Estadual do Piauí (UFPI)

Resumo

As eleições presidenciais brasileiras se pautaram, desde os anos 1990 até 2014, pela polarização entre PT e PSDB. Porém, em 2018 essa lógica se rompeu com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), à presidência do país. Assim, este trabalho objetiva analisar, nos últimos anos, com dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), os impactos das variáveis de representatividade e avaliação dos partidos, satisfação com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto, percepções acerca de PT e PSDB, além de escolaridade e faixa de renda domiciliar, sobre a escolha dos eleitores brasileiros de terceira via nos anos de 2002 (Anthony Garotinho), 2006 (Heloísa Helena), 2010 e 2014 (em ambos os anos, Marina Silva). Para tal, foi utilizado um modelo de regressão logística. Os dados examinados indicam que alguns aspectos importantes da democracia, como a satisfação com o sistema e a predisposição ao voto, e mais recentemente a avaliação que os cidadãos fazem dos partidos, poderiam vir a impactar nas escolhas de eleitores que viessem a romper com a polarização entre PT e PSDB.

Palavras-chave: Eleições; Cultura Política; Partidos; terceira via.

Abstract

Brazilian presidential elections have been based, from the years 1990 to 2014, by the polarization between PT and PSDB. However, in 2018 this logic was broken with the election of Jair Bolsonaro (PSL), to the presidency of the country. This paper aims to analyze, drawing from data of the Brazilian Electoral Studies (Estudos Eleitorais Brasileiros- ESEB), the impacts of the following variables in recent years regarding to the choice of Brazilian third way voters in 2002 (Anthony Garotinho), 2006 (Heloísa Helena), 2010 and 2014 (in both years, Marina Silva): representativeness and party evaluation, satisfaction with democracy and opinion about compulsory voting, perceptions about PT and PSDB, schooling and household income range. In order to achieve this goal, a logistic regression model was used. The analyzed data indicate that some important aspects of democracy, such as satisfaction with the system and predisposition to vote, and more recently, the evaluation of citizens about parties, could have an impact on the choice of voters that would to break the polarization between PT and PSDB.

Keywords: Elections, Political Culture, Parties, third way.

1. Introdução

Quando por volta das 20 horas do dia 5 de outubro de 2014 os dados do Tribunal Superior Eleitoral indicavam a definição do segundo turno das eleições presidenciais entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tínhamos no Brasil a confirmação de uma polarização histórica entre os dois partidos, que durou duas décadas. Se a partir de meados nos anos 1990 tivemos uma predominância tucana no principal cargo de poder estatal do país, elegendo e reelendo Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), a partir de 2002, os petistas viraram o jogo com quatro vitórias consecutivas na disputa pelo governo federal, duas de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 e 2006), e duas de Dilma Rousseff (2010 e 2014). Cabe ressaltar que em todos estes pleitos, os dois primeiros colocados foram dos dois partidos em pauta, o que reforça mais ainda essa polarização. Limongi e Cortez (2010) afirmam que as eleições presidenciais no Brasil têm se configurado como eleições bipartidárias. Segundo Ranulfo (2010), apenas esses dois partidos têm demonstrado uma consistente “vocação presidencial”, apresentando candidatos competitivos ao longo de todas as eleições após o período de redemocratiza o. Ambos se destacaram por serem capazes de formular um projeto político de âmbito nacional, de lançar candidatos competitivos nos pleitos presidenciais e por conseguirem se unificar em torno destes projetos e de suas respectivas candidaturas (Ranulfo, 2010). Contudo, essa lógica veio a se romper em 2018, com a elei o de Jair Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal).

A vitória de Bolsonaro confirma uma tendência progressiva de crescimento de candidaturas de terceira via¹ nos primeiros turnos das elei es presidenciais

1 Aqui a expressão   utilizada somente para caracterizar as candidaturas que ficaram em melhor posi o nos pleitos aqui referidos, não sendo as dos partidos “polarizadores”, PT e PSDB.

brasileiras. Se por um lado autores como Limongi e Cortez (2010) minimizavam estas terceiras forças, destacando sua distância dos segundos colocados e a varia o de suas identidades, por outro estes mesmos autores sublinham que as características do eleitorado de PT e PSDB, que não possuem suas preferências cristalizadas por um enraizamento social forte, permitiam um espaço para o crescimento das terceiras forças, podendo eventualmente até desbancar os dois partidos predominantes. Os percentuais destas “terceiras alternativas” vinham confirmando essa possibilidade, tendo se ampliado, mesmo que por uma crescente rejei o por PT e PSDB.

Se por um lado a permanência da polariza o entre os dois principais partidos durante duas décadas demonstrou uma consolida o desta disputa, o crescimento das candidaturas de terceira alternativa se colocava como uma possibilidade de disputa real nas elei es. Deste modo, ganha significado e relevância um estudo que proponha analisar o comportamento e algumas das predisposi es deste eleitorado que ao longo do tempo foi buscando uma alternativa   já clássica disputa entre PT e PSDB.

Levando em considera o tais aspectos deste cenário, este artigo se propõe a verificar os impactos de variáveis referentes   cultura política, como de representatividade e avalia o dos partidos, satisfa o com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto, além de percep es acerca de PT e PSDB, acrescidas de escolaridade e faixa de renda domiciliar, sobre a escolha dos eleitores brasileiros de terceira via em 2002, 2006, 2010 e 2014. Para isso, utiliza-se um modelo estatístico inferencial, mais especificamente um modelo de regressão logística, a partir da base de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp. Tal análise possui relevância porque, de acordo com autores como Julian Borba (2005), o comportamento eleitoral do

brasileiro pode conectar-se com aspectos pertinentes à cultura política, historicamente estabelecidos, reforçado por um contexto de desvalorização dos partidos e personalização dentro daquilo que Manin (1995) veio a definir como democracia de público. Inicialmente, apresentamos o conceito de cultura política, a partir do qual ganham ênfase as análises de opinião pública que permitem examinar aspectos como as relações entre os cidadãos e as instituições políticas, a adesão e a satisfação com a democracia.

2. O conceito de cultura política

De maneira geral, pode-se afirmar que a cultura política trabalha com as perspectivas e enfoques que os sujeitos desenvolvem em relação à política, como eles se vêem inseridos nos contextos de assuntos políticos. Tal conceito origina-se em um cenário no qual estava posta uma forte crise na crença sobre a preponderância da racionalidade humana e da liberdade. Essa crise em grande medida esteve vinculada ao desenvolvimento do Fascismo e do Comunismo após a I Guerra Mundial. Tais eventos colocaram em dúvida a crença na inevitabilidade da democracia no Ocidente, e colocaram em xeque o futuro da democracia em nível mundial, com o advento, por exemplo, de explosões nacionalistas na Ásia e na África (Almond e Verba, 1965).

Almond e Verba (1965) são os autores do livro que serviu como uma espécie de inauguração das análises de cultura política na Ciência Política, *The civic culture*, no qual definem cultura política como sendo o processo pelo qual as orientações e atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político e às suas instituições. Centram-se, portanto, em como os cidadãos se relacionam com o contexto institucional e com o modo como a política “acontece” em distintos contextos. Os autores postulam o surgimento de uma

“nova cultura política”, fundada na participação política do cidadão comum, que pode ser configurada de duas maneiras: democrática ou autoritária (Almond e Verba, 1965). Nessa dicotomia, o Estado democrático possuiria o papel de oferecer ao cidadão comum a oportunidade de se colocar como parte do processo decisório, ao passo que um regime totalitário colocaria o mesmo num papel de “sujeito participante”. Assim, o modelo democrático necessitaria de algo mais do que a mera existência de instituições formais, uma vez que as mesmas também podem ser encontradas em muitos regimes totalitários. O elemento diferenciador, e a necessidade para o estabelecimento de uma democracia efetiva, diz respeito a uma cultura política democrática. Almond e Verba ressaltam que a cultura política possui relação com fatores que concernem à formação histórica de um país, que geram características relacionadas às predisposições atitudinais dos cidadãos em relação à política.

Almond e Verba elaboram, desse modo, uma classificação das orientações políticas dos sujeitos, dividindo-as, para efeitos analíticos, em três tipos: (a) cognitivas; (b) afetivas, e (c) avaliativas. As orientações cognitivas são aquelas que dizem respeito aos conhecimentos e às crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações afetivas refletem os sentimentos de ligação e envolvimento que os agentes partilham em relação a tais objetos. Já as orientações avaliativas, por seu turno, são uma combinação dos dois tipos anteriores, desembocando em julgamentos e opiniões em relação à política (Almond e Verba, 1965). Para além dessa classificação, os autores ressaltam que a autoestima política, ou seja, uma autoavaliação sobre a relevância que os indivíduos creem ter no cenário político, interfere nas predisposições sobre a política: quanto maior tal autoestima, mais os cidadãos apresentam interesse e vontade de participar da política. Esse postulado remete à noção de eficácia política subjetiva, na qual os sujeitos apresentam a percepção de que sua

participação e engajamento na esfera política de fato geram impactos em termos de resultados e soluções de suas demandas por parte do governo. Dessa maneira, os sujeitos sentem-se “ouvidos” pelas esferas governamentais, e importantes, entes capazes de, através da inserção política, mudarem os seus destinos.

Com o intuito de compreender com maior profundidade a cultura política, Almond e Verba elaboram uma tipologia para refinar este conceito. Classificam, assim, a cultura política em três tipos que podem ser considerados “ideais” na acepção weberiana deste termo: (1) paroquial; (2) sujeita e (3) participante. No primeiro, os cidadãos apresentariam pouco ou nenhum conhecimento em relação aos objetos políticos, fato que surge como entrave para a formação de sentimentos ou julgamentos em relação aos mesmos. No segundo, os indivíduos possuem uma consciência relativamente elaborada a respeito dos mecanismos de satisfação de demandas, ao mesmo tempo em que não possuem o mesmo nível de conhecimento e interesse sobre os instrumentos de encaminhamento das demandas, ficando, dessa forma sujeitos ao poder instituído, entendido, dessa forma, como soberano ou absoluto. O terceiro, por sua vez, relaciona-se aos casos em que os cidadãos compartilham uma cultura política na qual são dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo, e adotam, com isso, posturas ativas pelo fato de possuírem um bom nível de eficácia política subjetiva. Uma cultura política capaz de balancear os três tipos ideais seria, para Almond e Verba, a mais favorável e desejável, configurando o que os autores chamam de cultura cívica. Para que tal intento seja obtido, faz-se necessário que ocorra uma redução das disparidades sociais e uma participação moderada dos sujeitos, estando estes aptos a inibir possíveis desmandos do governo por possuírem um alto conhecimento dos mecanismos institucionais e um considerável senso de eficácia política subjetiva (Almond e Verba, 1965).

Com base nos postulados de Almond e Verba, José Álvaro Moisés (1995) verifica a consolidação democrática no caso brasileiro, levando em consideração o contexto de transição à democracia após a ditadura militar que perdurou por duas décadas no país. Segundo o referido autor, esse tipo de cenário normalmente é caracterizado pela incerteza, ou seja, trata-se da mudança de um regime autoritário para “alguma outra coisa” não muito clara, e que pode ser de natureza democrática ou não. Moisés trata a cultura política como variável “interveniente” que se articula com maior ou menor intensidade tanto com variáveis estruturais e instrumentais como com variáveis especificamente políticas. Assim, a cultura política pode ser mobilizada para compreender por que um regime político se consolida, ganha continuidade ao longo do tempo e se estabiliza (Moisés, 1995).

José Álvaro Moisés observa que os comportamentos e atitudes não são fenômenos isolados dos padrões de interação encontrados na base do funcionamento das instituições políticas. Os padrões comportamentais e atitudinais estabelecem relação com a dimensão das instituições, entrando em sintonia com o funcionamento das molduras formais da democracia (Moisés, 1995). No caso brasileiro, o autor sublinha a existência de um “paradoxo da legitimidade democrática”, que consiste no fato de que vícios políticos herdados do período ditatorial ainda persistem com força na cultura política brasileira, configurando-se como uma ameaça para a democracia no país.

Um outro teórico de contribuição fundamental nos estudos de cultura política é Ronald Inglehart (1990), que definiu este conceito como tratando-se das atitudes básicas, valores e habilidades existentes em diferentes culturas. A principal contribuição do autor é a de agregar o aspecto temporal e intergeracional aos estudos sobre cultura política. Ele diagnostica mudanças bastante significativas nas culturas das sociedades

industriais, provenientes de mudanças econômicas, tecnológicas e sociopolíticas nestas sociedades. Inglehart ressalta que tais mudanças acontecem de maneira gradativa, refletindo mudanças nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Desse modo, os valores tradicionais e as normas permanecem presentes em gerações antigas, todavia novas orientações vão penetrando nas novas gerações, constituindo uma substituição ou realocação das tradições. Nas sociedades que satisfazem as necessidades materiais básicas, alteram-se, por consequência, os direcionamentos das preocupações dos sujeitos, configurando um contexto pós-materialista, no qual as prioridades passam a relacionar-se com questões como autoexpressão, qualidade de vida e preservação do meio ambiente (Inglehart, 1990).

Em resumo, a base original do conceito de cultura política advém do estudo de Almond e Verba (1965), em sua definição da mesma como as orientações e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político e às suas instituições. Dentro desta concepção, aparecem como aspectos importantes a sofisticação política, refletida pelo interesse e conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos mecanismos institucionais dos governos, e o nível de orientações de ordem avaliativa, uma vez que, quando se avalia bem um governo, quando se configura uma relação de confiança nesse sentido, os cidadãos se sentiriam mais satisfeitos e capazes de agir e serem ouvidos no processo político, aumentando sua eficácia política subjetiva. Cabe sublinhar também dentro da perspectiva destes autores a diferenciação entre culturas políticas, sendo que determinadas configurações seriam mais afeitas a uma democracia, e portanto, à sua condição mais maximalista, de participação dos cidadãos (Almond e Verba, 1965).

É importante ainda destacar que a abordagem culturalista agrega conteúdo aos estudos políticos ao trazer à baila uma relação intrínseca que não pode ser desconsi-

derada entre a esfera institucional e a maneira como os sujeitos se posicionam em relação a ela. O traçado institucional possui importância significativa, mas necessita, do ponto de vista de uma análise que ultrapasse as bases procedurais, de complementações oferecidas por padrões comportamentais e atitudinais capazes de promover, por exemplo, a consolidação da democracia, com um maior apego da população a valores caros à mesma (Moisés, 1995). A contribuição de Inglehart (1990), a despeito das diferenças em termos de relação causal postulada, que para o referido autor trata-se dos impactos das mudanças socioeconômicas sobre a cultura política, também merece destaque dentro dessa perspectiva teórica.

Quando nos aproximamos do caso da América Latina, podemos nos remeter à relevância da abordagem da cultura política ao perceber que os países do continente possuem uma democracia relativamente consolidada em sua dimensão poliárquica, com eleições competitivas, respeito a direitos políticos, existência de canais de comunicação alternativos e liberdade para votar e ser votado (Freidenberg, 2007) que se mantém simultaneamente com uma incongruência entre a dimensão institucional e o comportamento dos cidadãos, em consequência da presença de gritantes desigualdades sociais. Estes elementos podem impactar sobre a escolha eleitoral dos sujeitos, especialmente no caso do Brasil, em que construiu-se uma cultura política voltada para o personalismo (Borba, 2005), em um cenário de afastamento das pessoas em relação às ideologias e às instituições como os partidos políticos, dentro daquilo que Bernard Manin (2005) denominará democracia de público. A população sofre com uma série de problemas tais como a pobreza, as desigualdades na distribuição de renda, o desemprego, a falta de acesso à saúde, e a violência. A existência destes conflitos dá indícios de que meros procedimentos não são suficientes para resolver os problemas dos cidadãos, que se veem cada vez mais

distantes das esferas de decisão, que por sua vez não dão uma resposta eficaz na resolução destes problemas, a despeito dos avanços em termos de moldura formal (Baquero, 2006).

Essas incongruências não implicam que as normas e os procedimentos sejam de menor importância. As instituições são indispensáveis para o funcionamento democrático, contudo, devem ser complementadas por uma cultura política propícia ao funcionamento destas estruturas procedurais. Assim, este artigo busca examinar do ponto de vista da opinião pública e da cultura política, o perfil dos eleitores das terceiras forças nas eleições presidenciais brasileiras, para também verificar este perfil em comparação com o dos eleitores dos dois partidos que têm polarizado a disputa. Por fim, a partir de um modelo de regressão, buscar-se-á verificar os impactos de diferentes variáveis sobre a escolha dos sujeitos que afirmam ter votado nas terceiras forças eleitorais ao longo das últimas eleições. Na próxima seção, apresenta-se um panorama do dos pleitos presidenciais nos últimos anos, tratando de como tem sido travada a disputa entre 2002 e 2014.

3. Breve histórico das eleições presidenciais brasileiras entre 2002 e 2014

3.1. Eleições de 2002

A polarização entre PSDB e PT já vinha desde meados da década anterior, quando Fernando Henrique Cardoso venceu dois pleitos contra Lula. O tucano chegou ao poder a partir do sucesso do Plano Real em 1994 (Porto e Guazina, 1996), enquanto seu principal concorrente tratou de atacar o referido plano econômico (Borba, 2015). Manteve-se na presidência

na eleição de 1998, tratada como uma mera recondução do presidente ao cargo, e com insípida cobertura midiática (Miguel, 1999). Porém, o segundo governo de Fernando Henrique foi marcado pelo agravamento da crise mundial, e com a dificuldade de governo para lidar com a mesma. Assim, considerando ainda o extenso período no poder, a crise energética de 2001, e a desvalorização do Real diante da crise cambial, a popularidade do governo tucano entrou em declínio, criando um forte desejo de mudança (Figueiredo e Coutinho, 2003). Desenhava-se, finalmente, um cenário favorável à candidatura do PT e de Lula. A campanha teve permeando sua pauta o conflito da esperança, vinda da possibilidade mais real do que nunca de uma vitória de um partido com origens nas classes populares e trabalhadoras, contra a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz global Regina Duarte, “sentiam medo”. Tal conflito se via reforçado pelo fato de que, a despeito da queda de popularidade de FHC, algumas conquistas de seu governo, como a estabilidade econômica, eram valorizadas pela população e por analistas políticos e econômicos (Lamounier e Figueiredo, 2002). Havia, então, um desejo de mudança por parte do eleitorado, mas de uma mudança segura (Figueiredo e Coutinho, 2003), e foi a partir dessa base que as candidaturas de situação e de oposição desenharam suas campanhas.

O candidato que surgiu como terceira força no pleito foi Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Para isso, ele contou com enorme queda de Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS) nas pesquisas, que caiu do segundo lugar em agosto para o quarto lugar a partir da segunda quinzena de setembro. Este fenômeno deveu-se em grande parte aos fortes ataques da campanha de José Serra ao candidato do PPS na luta pelo segundo lugar, caracterizando-o como desequilibrado, machista e preconceituoso (Borba, 2015). O candidato do PSB possuía sua reeleição ao governo do estado do Rio de Janeiro como uma certeza, entretanto assumiu o risco da

candidatura ao cargo máximo do executivo brasileiro (Figueiredo e Coutinho, 2003). De acordo com Figueiredo e Coutinho (2003), a candidatura Garotinho tropeçou em aspectos tais como excessivo uso de aspectos religiosos na campanha, concentração de votos no Rio de Janeiro, relativo desconhecimento do postulante em nível nacional, pouco espaço na mídia e perda de apoio dentro do próprio PSB. Desse modo, Garotinho encontrou dificuldades para surgir efetivamente como um concorrente forte ao segundo turno daquela eleição, tendo desempenhado ao longo da campanha um papel de coadjuvante, ainda que tenha obtido certa receptividade dos eleitores menos escolarizados em decorrência de suas relações com o público evangélico (Mundim, 2012). Algum destaque somente surgiu na reta final, devido à queda de Ciro Gomes e ao desgaste de José Serra, representante da situação. Assim, o caminho ficava praticamente livre para a manutenção da polarização PT/PSDB, que vinha desde 1994, mas dessa vez com vantagem para o candidato Lula, do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Baquero (2007), foram cinco os principais fatores que levaram o PT à vitória no pleito de 2002: (1) a mudança programática do partido, que gradativamente se afastou das teses mais radicais de uma esquerda socialista para apregoar práticas reformistas, aproximando-se, assim, do eleitor de centro; (2) o papel fundamental do *marketing* político, criando a imagem de um Lula mais leve, conciliador, definido à época como um “Lula paz e amor”; (3) o desgaste dos partidos que foram governo com FHC, e o esgotamento das teses neoliberais; (4) a combinação de alianças do PT, juntando-se, por um lado, com outros partidos de esquerda e, por outro, com setores mais conservadores da sociedade, como banqueiros e empresários; (5) a “Carta aos Brasileiros”, por meio da qual Lula buscava acalmar os credores nacionais e internacionais, afirmando que em caso de vitória do PT, o governo cumpriria os contratos assumidos e

pagaria em dia os juros provenientes da dívida externa e dos contratos com o Estado (Baquero, 2007). Carreirão (2004) e Figueiredo e Coutinho (2003) seguem na mesma direção, destacando que, em um cenário de descontentamento com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a campanha de Lula ganhou fôlego ao moderar seu discurso.

Esta postura mais agregadora de Lula e do PT era provavelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no governo federal. O sentimento de mudança se viu refletido, agora, num caminho que parecia mais seguro. Tal postura levou a que as tentativas de infligir medo à população por parte da campanha de José Serra, ressaltando o despreparo de Lula e o PT como partido desordeiro (Borba, 2015), não surtiram efeito junto ao eleitorado. Assim, o ano de 2002 foi marcado historicamente pela chegada da esquerda, por meio do PT, ao poder no governo federal brasileiro (Guarnieri, 2014).

3.2. Eleições de 2006

Após quatro anos de governo, Lula voltaria ao pleito para buscar sua reeleição tendo agora como principal rival Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nesta eleição, Baquero (2007) constata uma radical alteração no panorama. Um dos aspectos para os quais o autor chama a atenção é para a mudança do eixo de relação Lula/PT. A figura do presidente, neste cenário, assume centralidade no processo de negociação política, relegando seu partido a segundo plano (Baquero, 2007).

A campanha de reeleição de Lula utilizou como principal âncora a defesa das políticas sociais implementadas/ampliadas pelo governo, entre as quais se destaca o Bolsa Família, principalmente nas regiões mais pobres do país (Power e Hunter, 2007 *apud* Baquero, 2007; Borba, 2015), onde o presidente passou a ser

conhecido como uma espécie de “pai dos pobres”. Tal centralidade, força e carisma de Lula propiciaram que o candidato deixasse de lado o partido, que em 2002 havia desempenhado papel fundamental em sua eleição. Holz hacker e Balbachevsky (2007), examinando os dados do ESEB de 2002 e 2006, afirmam que enquanto em 2002 a identificação ideológica teve certo peso em 2002, em 2006 ela perdeu poder explicativo de forma significativa. Carreirão (2007), embora tenha encontrado resultado semelhante a respeito da identificação partidária, nota que existiu, ao mesmo tempo, forte associação entre o voto e o “sentimento partidário” na reeleição de Lula. Este panorama, no qual a figura do presidente torna-se maior e mais representativa do que o próprio partido reflete, segundo Baquero (2007) uma velha tradição personalista no Brasil, que para Martins (2002) foi preservada ao longo do tempo.

A postura de Lula, mantendo sua imagem descolada do PT, foi estratégica no sentido de que o partido, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção que tomou os noticiários em 2005² e configurou-se como um espectro que rondava a eleição (Mundim, 2012). Enquanto o partido saía bastante enfraquecido do processo junto à opinião pública, a imagem do presidente se mantinha imune, e mais do que isso, fortalecida, contando com altos índices de aprovação por parte da população (Baquero, 2007). Isso não significa, segundo Baquero (2007), que outros fatores também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como por exemplo, a habilidade em colocar o opositor Alckmin como um defensor das privatizações e representante do governo de Fernando Henrique, o que levou o candidato tucano a uma rejeição por grande parte do eleitorado (Baquero, 2007), chegando a inclusive perder votos entre o primeiro e o segundo turno do pleito

(Borba, 2015). Geraldo Alckmin, por seu turno, buscou concentrar seus ataques, além dos escândalos e corrupção, na gestão pública, enfatizando a persistência de problemas de infraestrutura, serviços e segurança pública (Borba, 2015).

A candidatura que apareceu como terceira força em 2006 foi a de Heloísa Helena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), representando uma esquerda radical em relação aos demais candidatos. Talvez exatamente por este motivo, a campanha da candidata viu prejudicado seu desempenho junto a parte significativa do eleitorado (Mundim, 2012) e teve uma característica mais de protesto do que propriamente de viabilidade eleitoral, na busca pela presidência. A postura foi de ataque concomitante às duas candidaturas principais (Borba, 2015), colocando-as como “farinha do mesmo saco”. Seus votos originaram-se de um eleitorado que avaliava negativamente o governo Lula, descontentes com as políticas econômicas e com a corrupção, especialmente no que concerne a um público de escolaridade média e superior. Entretanto, em nenhum momento este discurso atingiu o eleitorado significativamente, não se configurando, assim, como ameaça às duas principais forças daquele pleito, o que resultou na continuidade da disputa entre PT e PSDB na sequência da eleição.

Ademais, o contexto do ano de 2006 também foi propício para o intento de reeleição de Lula porque havia um otimismo moderado dos cidadãos, principalmente das classes populares, decorrente do bom momento macroeconômico, com moderado crescimento, e o avanço em algumas áreas sociais, além da continuidade do processo democrático formal como forma legítima de representação (Baquero, 2007). Todos estes elementos levaram Lula a manter-se como presidente brasileiro por mais quatro anos.

2 Este escândalo foi chamado de “mensalão”, e foi denunciado pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, do PTB. Consistia, a grosso modo, na compra de votos dos parlamentares, apoiando o governo federal.

3.3. Eleições de 2010

Após dois mandatos de Lula, antecedidos por dois mandatos de FHC, chegava a hora de PT e PSDB disputarem a “negra”, cada qual com seus candidatos que jamais haviam sido presidentes, Dilma Rousseff, pelo lado petista, e José Serra, pelo lado tucano. Martins (2012) enfatiza também que este pleito era o primeiro que, desde a redemocratização, ocorreria sem Lula como candidato, mas estava, por outro lado, repleta da imagem do presidente.

Desde 2008, o então presidente Lula tratava de apresentar Dilma como a “mãe do Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), e nas entrelinhas, já colocava a então ministra-chefe da Casa Civil como potencial candidata à presidência da república. Neste contexto, Dilma Rousseff aparecia como uma possível nova eleição de Lula, como uma figura que ensinaria uma reeleição virtual do presidente, sempre colando as imagens de ambos (Oliveira, 2010; Martins, 2012). Entretanto, a escolha pelo nome de Dilma como candidata petista gerou uma série de indagações, como qual seria a reação do eleitorado diante da possibilidade da primeira mulher disputar com chances reais a presidência, até que ponto Lula poderia transferir seu capital político para uma candidata que nunca havia disputado sequer um pleito, e em que medida a distribuição de votos para Dilma Rousseff no território nacional refletiria aquela obtida por Lula nas eleições anteriores (Nicolau, 2014).

Martins (2012) sublinha que na campanha, se já havia no imaginário popular o sentimento de dois tempos distintos (de FHC e de Lula), o presidente direcionaria seus esforços para reforçá-lo e enaltecer as conquistas de seu governo. Foi precisamente isso que Dilma absorveu e buscou desenvolver em sua campanha, sempre comparando o desempenho do PT com o do PSDB no governo federal, repisando temas como o das privatiza-

ções (Borba, 2015). Pelo lado do PSDB, o partido trazia consigo algumas lições do pleito anterior. A estratégia de Lula de contrapor seu governo ao de FHC, tornando Alckmin um mero reflexo de seu colega de partido e ex-presidente, havia sido extremamente bem-sucedida. Com isso, José Serra buscou distanciar-se do embate Lula e FHC, tentando não se colocar como opositor direto do presidente, evitando, assim, ataques diretos a Lula (Oliveira, 2010; Martins, 2012). Em sua campanha, Serra buscava mostrar que os avanços do país não iniciaram com o PT, mas sim com o Plano Real, que fora formulado e consolidado por seu parceiro de partido, Fernando Henrique Cardoso (Martins, 2012), criticando, ao mesmo tempo, os escândalos de corrupção do partido adversário e desqualificando a história pessoal e política de Dilma Rousseff (Borba, 2015).

Nessa esteira, os tucanos acreditaram que não atacar o presidente e mostrar Serra como o mais preparado, seria a chave de uma possível vitória. O horário eleitoral do PSDB não apenas poupou Lula, como tentou surfar no sucesso do presidente, apresentando Serra como o mais capacitado para seguir o governo Lula. O problema encontrado pela campanha tucana foi a declaração explícita do apoio do presidente à candidatura de Dilma Rousseff, no próprio horário eleitoral gratuito. Esvaziou-se, assim, o lugar de divergências e críticas que há anos o PSDB ocupava em relação ao PT, o que abriu caminho para o crescimento da candidatura petista (Martins, 2012).

A terceira força no pleito presidencial de 2010, Marina Silva, concorrendo pelo Partido Verde (PV), não conseguiu articular uma coligação, o que lhe trouxe prejuízos no que concerne ao tempo de televisão no HGPE (Oliveira, 2010). Machado (2012), assinala que um paradoxo existente na candidatura de Marina dizia respeito às suas posições pessoais mais tradicionalistas no que diz respeito ao aborto e às relações homoafetivas, enquanto seu partido, o PV, possuía uma postura mais liberal em

relação a tais temas, o que gerou desconfiança tanto nas lideranças religiosas como na base do seu partido. Ainda assim, sua campanha apresentava uma adesão crescente de acordo não só com o aumento na escolaridade, mas também no que se refere ao apoio significativo de eleitores evangélicos e conservadores (Peixoto e Rennó, 2011; Machado, 2012), indicando tendências opostas às do eleitorado de Dilma Rousseff, que possuía maior adesão com a diminuição da escolaridade, e também menor apelo junto aos evangélicos: esta tendência provavelmente tenha a ver com a vinculação da candidata do PV com as denominações evangélicas, do mesmo modo como ocorrera com Garotinho em 2002 (Nicolau, 2014). Marina Silva obteve votação surpreendente, de quase 20 milhões de eleitores, tirando votos de Dilma e contribuindo para que a eleição chegasse ao segundo turno (Peixoto e Rennó, 2011).

No segundo turno, nem a invocação maniqueísta de temas polêmicos como o aborto, crenças religiosas, e nem mesmo a tentativa de emplacar a ideia de uma agressão a Serra por parte de militantes petistas com uma pedra, que depois se constatou ser uma bolinha de papel, desmentida por sua vez por um perito chamado pelo Jornal Nacional como não sendo uma bolinha de papel, mas sim um rolo de fita adesiva, adiantaram para Serra vencer o pleito. O PT se mantinha no poder pela terceira eleição consecutiva, e Dilma conseguia uma votação bastante expressiva, chegando à presidência da República (Nicolau, 2014).

3.4. Eleições 2014

O cenário eleitoral de 2014 sofreu uma forte sacudida quando, no dia 13 de agosto, caía na cidade de Santos o avião do candidato Eduardo Campos, do PSB, vitimando fatalmente o ex-governador do estado de Pernambuco. Com isso, a vice Marina Silva, que já havia disputado o pleito anterior pelo PV, e ficado em terceiro

lugar, assumiu a ponta da chapa, adquirindo mais uma oportunidade de concorrer à presidência da república.

Sua candidatura, embalada pela comoção com a morte de Campos (Reis, 2014), decolou, e Marina Silva despontou como favorita a disputar, com vantagens, o segundo turno com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (Souza e Martins, 2015). Para isso, além de se beneficiar de uma imagem convergente com o antipolitismo predominante naquele momento do país (Reis, 2014), a candidata contava mais uma vez com significativo apoio dos setores evangélicos da sociedade brasileira para incrementar sua votação (Amaral e Ribeiro, 2015). Foi atacada tanto por Dilma, que via nela uma ameaça para um possível segundo turno, quanto por Aécio, que buscava alcançar a segunda vaga para a fase posterior do pleito. A falta de estrutura partidária do PSB em diversas regiões do país também contribuiu para as dificuldades de Marina para sustentar seu desempenho nas pesquisas (Nicolau, 2015). Neste cenário, a candidata do PSB enredou-se em suas próprias contradições, nas dificuldades de lidar com o jogo político real (Reis, 2014; Amaral e Ribeiro, 2015), e nas armadilhas inerentes a uma campanha que dizia querer “o que há de bom em todos os lados” e apostava numa “nova política”, porém sem uma tomada de posição capaz de criar uma identificação mais sólida por parte do eleitorado.

Aécio Neves, do PSDB, cresceu com sua candidatura, posições e propostas um tanto mais claras, e tomou o espaço de Marina Silva, chegando ao segundo lugar no primeiro turno e emplacando com força a sua campanha no segundo, contando, inclusive, com o apoio da candidata do PSB (Amaral e Ribeiro, 2015). Dilma tratou de incitar o medo nos mais pobres, afirmando que as políticas do PSDB seriam voltadas para os ricos, além de atacar Aécio Neves em sua reputação pessoal e como administrador em Minas Gerais (Borba, 2015). Mesmo questionando as denúncias de corrupção na Petrobras e a crise econômica do país (Amaral e Ribeiro, 2015; Borba,

2015), o candidato tucano não conseguiu vencer a eleição, ensejando a reeleição de Dilma Rousseff e do PT. Ao fim e ao cabo, confirmou-se, pela sexta eleição consecutiva, abarcando um espaço temporal de 20 anos, a tendência à polarização entre tucanos e petistas, com os dois partidos ocupando invariavelmente as duas primeiras posições nas disputas presidenciais deste período.

Em disputa acirradíssima, Dilma Rousseff venceu Aécio Neves no segundo turno e confirmou a hegemonia petista verificada nos últimos pleitos, sempre no embate direto com os candidatos indicados pelos tucanos. E 2014 sinalizou, uma vez mais, para a polarização entre petistas e tucanos nas eleições presidenciais brasileiras, que chegou aos vinte anos.

Quadro 1- Dois primeiros colocados nas eleições presidenciais (1994-2014)

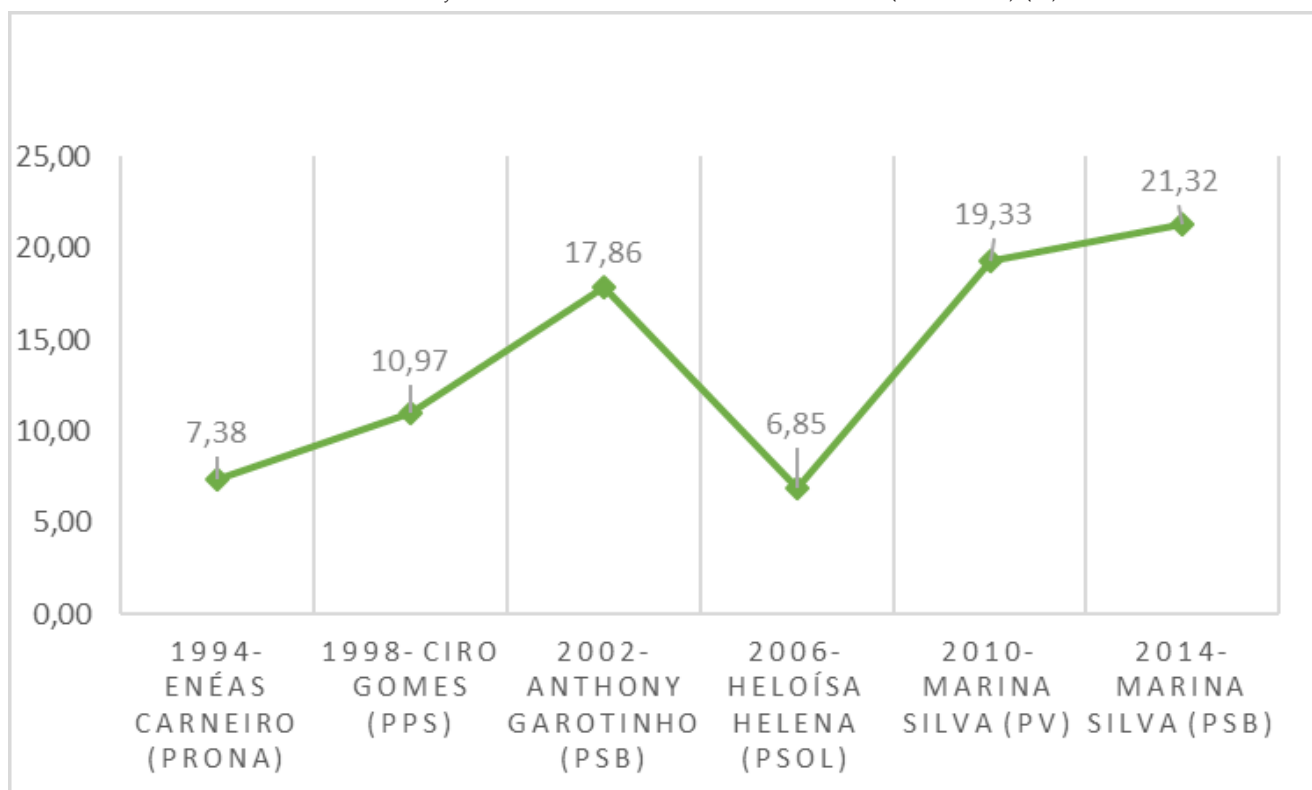
	Eleito	Segundo colocado
1994	FHC 	Lula 
1998	FHC 	Lula 
2002	Lula 	Serra 
2006	Lula 	Alckmin 
2010	Dilma 	Serra 
2014	Dilma 	Aécio 

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

No entanto, já era possível verificar uma tendência de crescimento das candidaturas de terceira via. Tais candidaturas vinham, ao longo do tempo, progressivamente aumentando seus percentuais, e por isso mesmo, analisar o comportamento destes eleitores torna-se relevante

para dar algumas pistas a respeito do cenário de rejeição e negação da política tradicional que tem se agravado nos últimos anos e culminou no triunfo de Bolsonaro em 2018. O gráfico abaixo apresenta a evolução eleitoral das campanhas de terceira via entre 1994 e 2014.

Gráfico 1- Evolução das candidaturas de terceira via no Brasil (1994-2014) (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

É possível notar no gráfico acima que entre 1994 e 2014, efetivamente, vinha ocorrendo o fenômeno de crescimento das candidaturas que se colocavam como alternativa ao PT e ao PSDB no Brasil. A única candidatura que rompeu esta tendência foi a de Heloísa Helena, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2006. Tratava-se de uma candidatura de extrema esquerda, com um caráter mais voltado ao protesto do que propriamente a disputar com condições minimamente reais, o maior posto executivo do Estado brasileiro. De resto, as candidaturas, que na maior parte das vezes se localizaram no eixo de centro-esquerda do espectro político brasileiro (com as exceções de Enéas Carneiro e seu ultranacionalismo e Anthony Garotinho), apresentaram crescimento percentual significativo. As candidaturas de terceira via praticamente triplicaram seu percentual de votos nos últimos 20 anos.

Exatamente por este motivo, a próxima seção deste artigo destina-se a examinar os impactos estatísticos das opiniões e percepções destes eleitores de terceira

via em relação a aspectos que dizem respeito à democracia brasileira e aos dois partidos que polarizam a disputa presidencial nos últimos anos, com dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros, nos anos de 2002, 2006 2010. A análise de questões como percepções sobre a democracia e o voto é importante para a compreensão do funcionamento do sistema político do país, sua legitimidade e a forma como os cidadãos se relacionam com ele, na mesma esteira de estudos como os de Almond e Verba (1965) e Moisés (1995). O papel desempenhado pelos partidos na avaliação destes eleitores também ganha relevância teórica, à medida que encontra-se no Brasil um cenário historicamente personalista (Borba, 2005), que se vê reforçado pela chamada democracia de público, em que o papel dos partidos vai diminuindo em contraste com a importância da imagem pessoal dos candidatos (Manin, 2005) e mais ainda pelas recentes manifestações e demonstrações de insatisfação dos cidadãos com as instituições políticas tradicionais, especialmente no que concerne aos partidos.

4. Resultado do modelo de regressão logística: impactos sobre o voto na terceira força (2002-2014)

O já demonstrado crescimento percentual dos eleitores de candidaturas alternativas a PT e PSDB nos pleitos nacionais, instiga uma investigação do que, afinal, impacta as escolhas destes cidadãos em termos de suas relações com o sistema democrático vigente no país, a percepção e avaliação dos partidos e suas inclinações concernentes aos dois partidos que têm polarizado as disputas no Brasil desde 1994. Os dados utilizados são dos Estudos Eleitorais Brasileiros, do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2002, 2006, 2010 e 2014³. Apresentam-se agora os resultados do modelo

de regressão logística para verificar os impactos que as diferentes variáveis de percepção trabalhadas neste artigo, juntamente com escolaridade e faixa de renda domiciliar, possuem sobre a escolha dos eleitores pelo voto na terceira via eleitoral nos anos supracitados. O método de regressão logística é aplicado quando se tem como variável dependente uma variável binária, como no caso o voto ou não voto em , buscando captar os efeitos de diferentes variáveis independentes selecionadas num dado modelo. No caso, as variáveis independentes utilizadas são as seguintes: satisfação com a democracia, predisposição a votar caso não fosse obrigatório, identificação partidária, avaliação dos partidos, opinião sobre o PSDB, opinião sobre o PT, escolaridade e faixa de renda domiciliar. Cabe ressaltar que quanto mais próximos de zero são os valores de significância, maior é a relevância estatística ou capacidade explicativa, e que os valores considerados estatisticamente significativos são aqueles que não superam o valor 0,05.

Quadro 2- Impactos sobre o voto na terceira força (2002, 2006, 2010 e 2014⁴)

Variável	2002 (Garotinho)		2006 (Heloísa Helena)		2010 (Marina Silva)		2014 (Marina Silva)	
	Exp B	Sig	Exp B	Sig	Exp B	Sig	Exp B	Sig
Satisfação com a democracia	1	0,549	1	0,940	0,83	0,002	0,911	0,034
Votaria se não fosse obrigatório	1	0,736	0,97	0,001	0,79	0,032	0,954	0,380
Algum partido representa sua forma de pensar	0,99	0,074	0,98	0,232	1,18	0,185	0,988	0,767
Avaliação dos partidos	1,05	0,266	1,03	0,315	0,98	0,703	0,882	0,004
Opinião sobre o PSDB	0,98	0,002	1,01	0,548	1,01	0,596	1,003	0,204
Opinião sobre o PT	1,02	0,03	1,02	0,383	1,06	0,003	1,001	0,842
Escolaridade	1	0,961	1,12	0,322	0,78	0,000	0,850	0,000
Faixa de renda domiciliar	1	0,340	0,92	0,309	0,89	0,013	1	0,614

Fonte: elaborado pelo autor com base no ESEB de 2002, 2006, 2010 e 2014.

⁴ As variáveis apresentam significância estatística quando apresentam coeficiente de significância abaixo de 0,05. O valor Exp B indica a chance de variação na variável dependente quando a variável independente aumenta em uma unidade. Neste último, o sinal positivo ou negativo indica se esta chance é aumentada ou diminuída.

A partir dos dados do Quadro 2, é possível observar que, do ponto de vista da significância estatística, nenhuma variável independente possui representatividade explicativa para todos os anos examinados, no que concerne ao voto na terceira via. Em 2002, ano que representou a ruptura com o PSDB na presidência, destacam-se justamente as variáveis acerca da opinião dos sujeitos que votaram em Garotinho a respeito do PSDB e do PT. Em 2006, quando a terceira força tinha um caráter mais de protesto, em que a candidatura de Heloísa Helena do PSOL questionava tudo e todos, coligada com o PSTU, partido que costuma criticar a “democracia burguesa”, a única variável que apresentou significância estatística foi a que se referia ao ato de votar. Ou seja, a predisposição a votar e a participar do jogo democrático parece ter interferido nas possibilidades de um eleitor ter optado pela candidatura psolista. Já em 2010, na primeira tentativa de Marina Silva nas eleições presidenciais, são cinco as variáveis que apresentam impactos estatisticamente significativos: a satisfação com a democracia, a predisposição ao voto, a opinião sobre o PT, a escolaridade e a faixa de renda domiciliar, com especial destaque para a escolaridade, a satisfação com a democracia e a opinião sobre o PT. Por fim, em 2014, a maioria das variáveis incluídas no modelo de regressão logística não apresentam representatividade para explicar o voto em Marina Silva, estando, assim, com valores acima de 0,05. As únicas variáveis que apresentam significância estatística são a satisfação com a democracia, a avaliação dos partidos políticos e a escolaridade. Cabe notar que, dentre estas variáveis, a escolaridade é a que mais impacta no voto na terceira força eleitoral para aquele ano, apresentando um coeficiente de significância de 0,000, e confirmando que o maior nível de escolaridade pode ser uma chave para aumentar as probabilidades de voto em uma candidatura que saia da polarização entre PT e PSDB. Ao mesmo tempo os baixos índices de satisfação com a democracia que caracterizam estes eleitores no último período, associado à má avaliação que eles fazem dos partidos, parece

também incidir na escolha por uma via alternativa aos dois partidos que polarizavam as eleições presidenciais. Por outro lado, variáveis como predisposição a votar, identificação partidária, opinião sobre os dois partidos polarizantes e mesmo a faixa de renda domiciliar não apresentam significância estatística para explicar o voto em Marina Silva no pleito de 2014.

5. Considerações finais

Este artigo buscou examinar a ascensão de candidaturas de terceiras forças no cenário eleitoral brasileiro, e as percepções que os eleitores destas candidaturas têm apresentado acerca de temas como democracia, voto e partidos políticos nacionais. Primeiramente, apresentou-se brevemente o conceito de cultura política, que embasa a ideia de que a opinião das pessoas importa para a compreensão da democracia e de alguns dos fenômenos políticos observados em distintos países. Como para que exista uma terceira via é necessário, antes de tudo, que haja outras duas, em seguida foi realizada uma varredura sobre o cenário de polarização existente nas eleições presidenciais no país, apresentando como se desenharam os pleitos entre os anos de 1994 e 2014, sempre com as presenças de PT e PSDB nas duas primeiras posições, além de sublinhar com dados do Tribunal Superior Eleitoral o flagrante crescimento das candidaturas de terceira via neste contexto.

Na sequência, por meio de dados originários dos ESEB de 2002, 2006, 2010 e 2014, apresentou-se um modelo de regressão logística relacionando tais variáveis, acrescentadas das variáveis de escolaridade e faixa de renda domiciliar, com o voto na terceira força nestes anos.

No modelo de regressão logística apresentado, nenhuma das variáveis apresenta impactos significativos para os quatro pleitos examinados, nem mesmo

para três deles. São quatro as variáveis que aparecem mais de uma vez impactando significativamente o voto do eleitor de terceira via: a satisfação com a democracia, a predisposição ao voto, a opinião sobre o PT e a escolaridade. No pleito mais recente dentre os aqui examinados, os dados indicam significância estatística apenas da satisfação com a democracia e da avaliação dos partidos políticos. Além dessas, a escolaridade aparece como um importante preditor da escolha eleitoral daqueles que afirmaram votar em Marina Silva em 2014.

Verifica-se, então, que alguns aspectos importantes da democracia, como a satisfação com o sistema e a predisposição ao voto, e mais recentemente a avaliação que os cidadãos fazem dos partidos poderiam vir a impactar nas escolhas de eleitores que potencialmente romperiam com a polarização entre PT e PSDB. Isso se deu num ambiente de descrença institucional que afeta a população brasileira e, mais especificamente, os eleitores destas forças alternativas, algo que se agravou desde o estouro dos protestos de junho de 2013. Um ambiente como esse, combinado com desconfiança institucional e desapego à política, como dados históricos do Latinobarômetro⁵ indicam, gera um cenário preocupante, de incertezas. Foi precisamente este cenário, combinado ainda com a sensação de insegurança gerada pela violência que toma as ruas do país, que proporcionou as brechas para uma candidatura como a de Jair Bolsonaro, que trouxe em sua retórica justamente um discurso congruente com tais insatisfações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. (1999), "Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real", *Ícone*, I (4), pp. 168-202.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. (1965), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Borwn and Company (Inc.).
- AMARAL, Oswaldo; RIBEIRO, Pedro Floriano. (2015), "Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014". *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, dezembro, pp. 107-123.
- BAQUERO, Marcello. (2006), "Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?" In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- BAQUERO, Marcello. (2007), "Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 231-259.
- BORBA, Felipe. (2015), "Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, agosto, pp. 268-295.
- BORBA, Julian. (2005), "Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro". *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, março, pp. 147-168.
- CARREIRÃO, Yan. (2004), "A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais". *Rev. Sociol. Polít.*, 22, junho, pp. 179-194.
- CARREIRÃO, Yan. (2007), "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 307-339.
- FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. (2003), "A eleição de 2002". *Opinião Pública*, v. IX, n. 2, outubro, pp. 93-117.
- FREIDENBERG, Flávia. (2007), "Análisis de las elecciones en América Latina: septiembre 2005 a diciembre 2006". Disponível em: http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/elecciones_Freidenberg06.pdf.
- GUARNIERI, Fernando. (2014), "Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2010)". *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, agosto, pp. 157-177.
- GUGLIANO, Alfredo; JEREZ, Ariel. (1996), "Las elecciones brasileñas de 1994: ¿continuidad o cambio?". *América Latina Hoy*, 13, pp. 73-79.
- HOLZHACKER, Denilde; BALBACHEVSKY, Elizabeth. (2007), "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 283-306.
-

- INGLEHART, Ronald. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press.
- LAMOUNIER, Bolivar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). (2002), *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. (2010), “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos*, 88, novembro, pp. 21-37.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2012), “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, pp. 25-54.
- MANIN, Bernard. (1995), “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, pp. 5-34.
- MARTINS, Joyce Miranda Leão. (2012), *Política para eleitor ver: imaginários sociais e performances de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC.
- MARTINS, Paulo Henrique. (2002), “Cultura autoritária e aventura da brasilidade”. In BURITTY, Joanildo, *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares*, Rio de Janeiro, XX Editora, pp. 65-104.
- MIGUEL, Luis Felipe. (1999), “Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo”. *Dados*, v. 42, n. 2.
- MOISÉS, José Alvaro. (1995), *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- MUNDIM, Pedro Santos. (2012), “Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006”. *Rev. Sociol. Pol.* v. 20, n. 41, fevereiro, pp. 123-147.
- NICOLAU, Jairo. (2014), “Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória”. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, dezembro, pp. 311-325.
- NICOLAU, Jairo. (2015), “Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014”. *Em Debate*, v. 7, n. 2, abril, pp. 29-41.
- OLIVEIRA, Luiz Ademir. (2010), “A importância da mídia nas disputas eleitorais: as estratégias para 2010”. *Em Debate*, v. 2, n. 8, agosto, pp. 18-23.
- PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lúcio. (2011), “Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, novembro, pp. 304-332.
- PORTO, Mauro; GUAZINA, Liziane. (1999), “A política na tv: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994”. *Revista Contracampo*, v. III.
- RANULFO, Carlos. (2010), “Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil”. *Em Debate*, v. 2, n. 6, junho, pp. 6-11.
-

REIS, Fábio Wanderley. (2014), “Eleição de 2014: “país dividido” e questão social”. *Em Debate*, v. 6, n. 6, outubro, pp. 8-16.

SOUZA, Bruno Mello; MARTINS, Joyce Miranda Leão. (2015), “PT x PSDB: a atualização do embate político na eleição presidencial de 2014”. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 1, pp. 26-47.
